

JORNAL DO SERVIDOR DA REDAÇÃO

Alexandre Sá/EPTV



Sindicato aponta falta de diálogo com servidores

Servidores do IBGE criticam gestão da instituição

Servidores do IBGE elevaram o tom das críticas contra o presidente do instituto, Márcio Pochmann. Em artigo divulgado pela ASSIBGE, sindicato nacional que representa os trabalhadores do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a entidade acusa o dirigente de adotar uma postura incompatível com o discurso progressista que defende publicamente. As críticas ganharam força após episódios ocorridos durante as comemorações dos 90 anos do órgão. A ASSIBGE também questiona decisões administrativas da atual gestão e aponta falta de diálogo com os servidores. Pochmann, por sua vez, afirma que as mudanças implementadas buscam modernizar a estrutura do instituto e fortalecer a produção de dados estatísticos do país.

Exposição a substâncias tóxicas

O TRF1 reconheceu o direito de um servidor da Funasa, em Mato Grosso, ao adicional de insalubridade em grau máximo e ao pagamento de indenização por danos morais após anos de exposição ao DDT sem proteção adequada. Foi entendido que, sem a comprovação do fornecimento de equipamentos, o servidor trabalhou exposto a agentes tóxicos. A decisão reforça que a exposição sem proteção já é suficiente para justificar indenização.

Governo de São Paulo/Divulgação



Provas serão realizadas em várias regiões do país

2 mil vagas para Policiais Militares

O Governo de São Paulo publicou na quarta-feira (3) o edital de concurso público para preencher 2 mil vagas de soldado de 2ª classe da Polícia Militar. As inscrições serão organizadas pela Fundação Vunesp e começam no próximo dia 15 de junho e seguem até 21 de agosto. O cargo exige ensino médio completo e oferece remuneração inicial de R\$ 5.055,53. O processo seletivo inclui prova objetiva, exames de aptidão física, avaliação psicológica e investigação social. As provas poderão ser realizadas em 51 municípios, sendo 37 cidades paulistas e outras 14 localizadas pelo país.

05 vagas para Engenheiro no DF

A Associação das Pioneiras Sociais (APS), entidade responsável pela administração da Rede Sarah de Hospitais de Reabilitação, abriu processo seletivo para o cargo de engenheiro de manutenção. As inscrições poderão ser feitas entre 8 e 28 de junho, pela internet. Durante o treinamento, os selecionados receberão bolsa de R\$ 7,7 mil. Após a contratação pelo regime CLT, a remuneração será de R\$ 14,7 mil.

Concurso I

O Ministério da Agricultura nomeou 178 candidatos aprovados no Concurso Público Nacional Unificado (CPNU). Foram nomeados 54 candidatos para o cargo de Auditor Fiscal Federal Agropecuário. Desses, 31 são da Agronomia, três de Farmácia, 16 de Veterinária e o restante são da Química e Zootecnia.

Concurso II

Para o cargo de Agente de Atividades, foram nomeados 53 profissionais. Já para Agente de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal, foram aprovados 55 pessoas, enquanto 16 foram nomeados para o cargo de Técnico de Laboratório. Os aprovados terão até 30 dias para tomar posse.

Valorização I

O Conselho da Justiça Federal analisou uma minuta que cria a Gratificação por Atuação de Alta Complexidade, Técnica (GAACTA) para servidores ocupantes de cargos comissionados CJ-1 a CJ-4 da Justiça Federal. A proposta prevê pagamento equivalente a 15% sobre a remuneração dos cargos contemplados.

Valorização II

A proposta surge devido aumento da demanda processual e à redução do quadro efetivo de servidores. Para entidades sindicais, o debate reacende discussões sobre valorização da carreira, recomposição salarial e necessidade de fortalecimento do quadro permanente do Judiciário Federal, diante do cenário de sobrecarga de trabalho.

Atualização I

O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), prorrogou até o dia 12 de junho, o prazo para atualização obrigatória dos dados cadastrais pessoais e funcionais dos servidores civis federais ativos. A mudança foi feita após a identificação de um problema técnico no aplicativo SouGov.br.

Atualização II

Caso a pendência não seja regularizada, a unidade de gestão poderá comunicar a conduta do servidor à Corregedoria. Já aposentados e pensionistas não receberão penalidades caso descumpriam a exigência, apesar do processo continuar sendo obrigatório. A atualização não substitui a Prova de Vida.



Proposta Orçamentária tramita no Congresso Nacional

Orçamento para 2027 mantém reajustes

Proposta condiciona aumentos salariais aos limites fiscais

Da Redação

O Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2027, de autoria do Executivo e enviado ao Congresso, mantém a possibilidade de concursos públicos, reajustes salariais e reestruturação de carreiras no serviço público federal, mas estabelece limites.

Levantamento feito pela Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal, entidade sindical que representa servidores federais (Condsef/Fenadsef), com base em estudo do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), aponta que o texto condiciona essas iniciativas à existência de espaço fiscal na Lei Orçamentária Anual (LOA) e ao cumprimento das regras do arcabouço fiscal, medida para evitar aumento descontrolado da dívida pública.

De acordo com a análise, medidas como aumento de salários, criação de cargos e abertura de concursos passam a depender da disponibilidade de recursos dentro dos limites de crescimento das despesas públicas. O arcabouço fiscal estabelece que as despesas primárias da União podem crescer em faixa determinada pela inflação e por expansão real limitada, o que restringe a margem de ampliação de gastos com pessoal.

No caso dos reajustes, o PLDO indica que a implementação depende de previsão orçamentária e autorização na LOA

de 2027. A reestruturação de carreiras, incluindo transformação de cargos e criação de gratificações, também depende de disponibilidade financeira e não pode gerar aumento de despesa sem compensação no orçamento.

Benefícios como auxílio-alimentação e auxílio pré-escola terão reajuste limitado à variação da inflação acumulada desde a última atualização. A equiparação entre os Poderes não aparece detalhada no texto do projeto.

Em relação aos concursos públicos, o PLDO mantém previsão de autorização para novos certames e nomeações, mas condiciona essas medidas à existência de cargos vagos e à disponibilidade de recursos. A Condsef aponta ainda que mudanças no tratamento de despesas obrigatórias, como precatórios, podem alterar a composição do orçamento federal a partir de 2027 e reduzir o espaço para gastos livres. Nesse cenário, parte do orçamento fica comprometida com despesas obrigatórias e emendas parlamentares.

Concurso Nacional

O PLDO 2027 não prevê de forma clara a realização de uma nova edição do Concurso Público Nacional Unificado (CNU), mas mantém autorização para concursos. A ministra da Gestão e da Inovação, Esther Dweck, já sinalizou a possibilidade de realização de um terceiro CNU em 2027, desde que haja previsão orçamentária e decisão administrativa do governo.